

O Hospital Prisional Não Serve para os Doces e Salgados da Vida?

written by Pedro Nogueira Simões | 5 de Junho, 2026

OCIDADÃO
Journalism Libre

OPINIÃO

Pedro Nogueira Simões



George Orwell nunca escreveu sobre a Justiça portuguesa, mas deixou uma frase que parece atravessar décadas e fronteiras: *“Todos são iguais, mas alguns são mais iguais do que outros.”*

Portugal possui hospitais prisionais. Possui médicos. Possui enfermarias. Possui protocolos clínicos. Possui legislação para reclusos gravemente doentes. O que aparentemente não possui é espaço suficiente para certas personalidades.

A questão não é o Alzheimer. A doença merece respeito, compaixão e dignidade. A questão é outra. Muito mais simples. Muito mais incómoda.

Quando foram praticados os crimes pelos quais Ricardo Salgado

foi condenado, já existia demência?

Se a resposta for sim, surge uma dificuldade monumental: como conseguiu durante anos liderar um dos maiores grupos financeiros do país, negociar operações complexas, assinar documentos, participar em reuniões estratégicas e exercer funções de elevadíssima responsabilidade?

Se a resposta for não, surge outra pergunta igualmente incómoda: então os crimes foram praticados por uma pessoa plenamente capaz, consciente e responsável pelos seus atos.

Em qualquer dos cenários, o cidadão comum coça a cabeça e tenta acompanhar a lógica jurídica como quem tenta perceber as instruções de montagem de um móvel sem manual.

O problema é que a Justiça vive da perceção. E a perceção pública é uma criatura cruel.

Quando um pequeno comerciante é condenado, ninguém abre telejornais para discutir a sua tensão arterial.

Quando um desempregado é condenado, raramente se discute a sua memória recente.

Quando um reformado anónimo é condenado, dificilmente se organizam debates nacionais sobre a sua capacidade cognitiva.

Mas eis que surge um banqueiro histórico e, de repente, Portugal transforma-se numa conferência internacional de neurologia.

Subitamente, todos aprendemos a distinguir défice cognitivo ligeiro, moderado e grave. Todos nos tornamos especialistas em neurodegeneração. Todos descobrimos que a memória é uma matéria jurídica tão relevante quanto o Código Penal.

Eça de Queirós talvez sorrisse perante este espetáculo nacional. Afinal, escreveu que em Portugal “o que falta é carácter”. Hoje talvez acrescentasse: e também alguma

consistência estatística.

Porque o Estado admite não saber quantos reclusos com Alzheimer existem nas cadeias portuguesas. Não sabe se são dez, vinte ou cinquenta.

Não sabe.

Mas sabe perfeitamente quem é Ricardo Salgado.

Que extraordinária eficiência administrativa.

Há uma espécie de milagre burocrático em curso: desconhecem-se os números, mas conhecem-se os nomes.

Camilo Castelo Branco passou anos na prisão. Bocage conheceu a prisão. Muitos anónimos conhecem a prisão. Mas parece que, no século XXI, algumas celas desenvolveram uma curiosa alergia a determinados apelidos.

Naturalmente, tudo isto é legal.

Essa é a parte mais fascinante.

Não estamos perante uma ilegalidade. Estamos perante algo muito mais português: uma situação que pode ser perfeitamente legal e simultaneamente deixar milhões de pessoas com a sensação de que alguma coisa não bate certo.

O hospital prisional existe.

As enfermarias existem.

Os médicos existem.

As unidades hospitalares para reclusos existem.

Mas aparentemente existe uma categoria superior de tratamento: a prisão que se dissolve antes de começar.

Fernando Pessoa escreveu que *“a realidade não precisa de mim”*. Talvez não. Mas a credibilidade da Justiça precisa dos

cidadãos. E essa credibilidade sofre sempre que as pessoas começam a suspeitar que a lei é uma escada: rígida para quem sobe a pé, extraordinariamente flexível para quem sobe de elevador.

No fim, fica apenas uma dúvida, simples e quase ingénuas:

Se um recluso anónimo de 80 anos, com Alzheimer, condenado por um crime sem relevância mediática, tivesse batido à porta dos tribunais com o mesmo diagnóstico, teria recebido exatamente a mesma resposta?

Talvez sim.

Talvez não.

Mas enquanto a resposta não for evidente para todos, continuará a pairar sobre o país a velha suspeita portuguesa: a de que a Justiça usa venda nos olhos, mas por vezes reconhece as vozes.